



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

Senhor licitante,

A comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório que não afetem a formulação das propostas, quaisquer esclarecimentos e respostas às impugnações, serão efetuadas por meio do sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

Recife , 24 de abril de 2015.

**MARÍLIA BATISTA DE LIMA PEQUENO**  
Coordenadora de Licitações  
SIAPE 1650594

<b>PREGOEIRO</b> <b>JOSÉ MANOEL FILHO</b>	<b>SIAPE</b> <b><i>1134161</i></b>
--	---------------------------------------

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

**Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2015, destinado à selecionar propostas para Registro de Preços unitários, visando à aquisição de itens de Eletrodomésticos e Utensílios, para atender às necessidades das unidades administrativas e acadêmicas da UFPE, conforme processo administrativo nº 23076.025648/2014-14.**

A Universidade Federal de Pernambuco torna público que às **10h, horário de Brasília, de 11 de maio de 2015**, no sítio [http://www.comprasgovernamentais.gov.br/](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) o Pregoeiro da Diretoria de Licitações e Contratos designado pelas *Portarias nº 319, de 23 de janeiro de 2015 e nº 1.136, de 17 de março de 2015, do Magnífico Reitor*, estará promovendo

**Pregão Eletrônico, tipo menor preço unitário, POR ITEM**

o qual obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, com a redação do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, com a redação dada pelo Decreto nº 8.250/2014, de 23 de maio de 2014, Decreto nº 8184/2014, de 17 de janeiro de 2014, Decreto nº 8194/2014, de 12 de fevereiro de 2014, Decreto nº 8224/2014, de 3 de abril de 2014, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, na Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 2 de 11/10/2010, com as alterações das Instruções Normativas SLTI-MPOG nº 1 de 10/02/2012, SLTI-MPOG nº 5 de 18/06/2012 e SLTI-MPOG nº 4 de 15/10/2013, na Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 3 de 04/10/2013 e Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 27 de 10/11/2010, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, além do que mais for exigido neste Edital e em seus anexos.

**Encaminhamento da proposta de preços**

*(exclusivamente por meio do sistema eletrônico):*

a partir da data de liberação do edital no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, que ocorrerá simultaneamente à publicação do aviso licitatório no Diário Oficial da União, até o horário limite de início da sessão pública acima estabelecido.

**1. OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** Selecionar propostas para Registro de Preços unitários, visando à aquisição de itens de **Eletrodomésticos e Utensílios**, para atender às necessidades das unidades administrativas e acadêmicas da UFPE, compreendendo 41 (quarenta e um) itens, conforme especificações e quantitativos constantes do anexo I deste Edital;

**1.2.** Validade da proposta: mínimo de 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

**1.3.** Para os itens **27, 37 e 39** a comprovação de atendimento às exigências de eficiência energética, deverá ser feita através da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), coordenado pelo Inmetro.

**2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo de atividade relacionado ao objeto licitado, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as condições expressas no presente Edital e em seus anexos;

**2.1.1.** Em relação aos **itens 01 a 04; 06 a 08; 10 e 11; 13 a 17 e 19 a 41**, a presente licitação é destinada, exclusivamente, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014;

**2.1.1.1.** Os **itens 05, 09, 12 e 18** são destinados à ampla participação;

**2.1.2.** A empresa que declarar falsamente se tratar de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, para valer-se do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, incorrerá

no crime de falsidade ideológica e estará sujeita às penas previstas no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e administrativas cabíveis;

**2.2.** A empresa participante deverá estar credenciada no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do **item 3**, e responsabilizar-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

**2.3.** Não será admitida a participação de empresa:

**a)** em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**b)** temporariamente suspensa de participar de licitação **com a União**, com fundamento no *art. 7º da Lei 10.520/2002* e no *art. 28 do Decreto 5.450/2005*, e **com a UFPE**, com fundamento no *inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93* ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do *inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93*, que ainda não tenham logrado reabilitação;

**c)** que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

**d)** que não tenha sede no País;

**e)** quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

**2.4.** As **licitantes** devem declarar atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, mediante opção em campo próprio do Sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, quando da inserção da proposta eletrônica, posto que a sua negativa declaratória, no referido campo, impedi-la-á o prosseguimento no certame;

**2.5.** Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

**a)** cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (*art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**b)** informará sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo à habilitação (*art. 32 § 2º, “in fine”, da Lei 8.666/93*);

**c)** não possui em seu quadro de pessoal (empregado) menor (*art 7º, inciso XXXIII, da CF/88*);

**d)** declara a elaboração independente de proposta, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16/9/2009, publicada no DOU de 17/09/2009.

**2.5.1.** As **restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal** não constituem impedimentos de manifestar no campo próprio o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, em se tratando de **licitantes qualificados como ME ou EPP**, observado o disposto no **subitem 7.11**.

**2.6.** O licitante que deseja participar do certame com os benefícios do **Decreto nº 8.184/2014**, deverá por meio do sistema eletrônico declarar que o produto atende ao **Processo Produtivo Básico**. Será aplicada a margem de preferência normal de **10%** e adicional de **10%** para os itens **01 e 02** conforme especificações constantes no **Anexo I**.

**2.7.** O licitante que deseja participar do certame com os benefícios do **Decreto nº 8.194/2014**, deverá por meio do sistema eletrônico declarar que o produto atende ao **Processo Produtivo Básico**. Será aplicada a margem de preferência normal de **15%** e adicional de **10%** para os itens **03 e 04** conforme especificações constantes no **Anexo I**.

**2.8.** O licitante que deseja participar do certame com os benefícios do **Decreto nº 8.224/2014**, deverá por meio do sistema eletrônico declarar que o produto atende às **Regras de Origem**. Será aplicada a margem de preferência normal de **15%** e adicional de **5%** para os itens **16 e 18** e margem de preferência normal de **20%** e adicional de **5%** para o item **17**, conforme especificações constantes no **Anexo I**.

### **3. CREDENCIAMENTO**

**3.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/> link: credenciamento (*art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.2.** O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (*art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação

efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPE, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005);

**3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

#### **4. PROPOSTA ELETRÔNICA**

**4.1.** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com os dados indicados no **subitem 4.2**, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas (art. 21 do Decreto nº 5.450/2005);

**4.1.1.** O licitante não deve encaminhar proposta eletrônica caso ocorra o previsto no **subitem 5.4**.

**4.2.** A proposta eletrônica conterà, sob pena de desclassificação, a descrição do objeto ofertado em conformidade com o **Anexo I** deste edital, que deverá ser informada no campo destinado à “descrição detalhada do objeto ofertado”; além de informar necessariamente marca/fabricante, modelo/linha do produto, preços unitário e total, nos respectivos campos, **vedada a identificação do licitante** (art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005);

**4.3.** Serão desclassificadas as propostas eletrônicas que:

**a)** não apresentem dados conforme exigido no **subitem 4.2**;

**b)** apresentarem qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamento subsidiados ou a fundo perdido.

**4.4.** O envio da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

**4.5.** Até o horário limite do início da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005).

#### **5. SESSÃO PÚBLICA / CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS**

**5.1.** A partir do horário indicado no preâmbulo deste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro (art. 22 do Decreto nº 5.450/2005);

**5.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital (art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**5.3.** A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 22, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005);

**5.4.** Caso a descrição editalícia diverja com a contida no sistema eletrônico, o item será cancelado pelo pregoeiro.

#### **6. FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**6.1.** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento e do valor consignado no registro (art. 24, caput e § 1º, do Decreto nº 5.450/2005);

**6.2.** Apenas os licitantes que tiverem suas propostas eletrônicas classificadas poderão formular lances;

**6.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital (art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**6.4.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005);

**6.5.** O sistema eletrônico registrará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro;

**6.6.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante (art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005);

**6.7.** Caso o pregoeiro entenda que houve equívoco, por parte do licitante, quando do envio do lance, promoverá a exclusão do referido lance, que poderá ser ratificado, se for o caso;

**6.8.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que definirá período entre um e sessenta minutos;

**6.9.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, observado o período definido pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (*art. 24, §§ 6º e 7º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.10.** Em relação aos **itens 05, 09, 12 e 18**, encerrada a fase de lances, se a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP, o sistema eletrônico identificará as ME e EPP participantes para proceder à comparação entre os valores da primeira colocada e das demais ME/EPPs, na ordem de classificação;

**6.10.1.** Ocorrerá empate quando as propostas apresentadas pelas ME/EPPs for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada;

**6.10.2.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPPs, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.10.1, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**6.10.3.** A ME/EPP com proposta melhor classificada tem o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, encaminhar última oferta, obrigatoriamente inferior àquela considerada primeira colocada, para o desempate, sob pena de preclusão. Na falta de manifestação ou desistência, o Sistema convocará as demais ME/EPP, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**6.11.** Não ocorrendo a hipótese prevista no **subitem 6.10** acima, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**6.12.** Para os **itens 01 e 02**, a margem de preferência disposta no art. 1º do **Decreto nº 8.184/2014** será aplicada para classificação das propostas após a fase de lance (Inciso I do art. 5º do Decreto nº 8.184/2014).

**6.12.1.** A margem de preferência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.184/2014, será calculada sobre o menor preço ofertado para o produto manufaturado estrangeiro, mediante a seguinte fórmula (Anexo II do Decreto nº 8.184/2014):

$PM = PE \times (1 + M)$ , sendo:

PM = preço com margem

PE = menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro

M = margem de preferência em percentual, conforme estabelecido no Anexo I do Decreto nº 8.184/2014 e no edital.

**a)** O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado menor que PE sempre que o seu valor for igual ou inferior a PM;

**b)** O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado maior que PE sempre que o seu valor for superior a PM.

**6.12.2.** A aplicação da Margem de Preferência não excluirá o direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte (§5º do art. 5º do Decreto nº 8.184/2014);

**6.12.3.** Não será aplicada a Margem de Preferência caso o preço mais baixo ofertado seja de produto manufaturado nacional (§ 1º do art. 5º do Decreto nº 8.184/2014);

**6.12.4.** O produto que não atender ao Processo Produtivo Básico, ou cujo licitante não apresentar tempestivamente o documento comprobatório, será considerado como produto manufaturado estrangeiro. Caso o licitante da proposta classificada em primeiro lugar seja inabilitado, ou deixe de entregar o documento comprobatório, deverá ser realizada a reclassificação das propostas, para fins de aplicação da margem de preferência (§3º do art. 2º e § 2º do art. 5º do Decreto nº 8.184/2014);

**6.12.5.** A aplicação da margem de preferência ficará condicionada ao cumprimento, no momento da licitação, do disposto no § 9º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 (§7º art. 5º do Decreto nº 8.184/2014);

**6.12.6.** A aplicação da margem de preferência não excluirá a negociação entre o pregoeiro e o vencedor da fase de lances prevista no § 8º do art. 24 do Decreto nº 5.450/2005 (§ 4º do art. 5º do Decreto nº 8.184/2014);

**6.13.** Para os **itens 03 e 04**, a margem de preferência disposta no art. 1º do **Decreto nº 8.194/2014** será aplicada para classificação das propostas após a fase de lance (Inciso I do art. 5º do Decreto nº 8.194/2014).

**6.13.1.** A margem de preferência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.194/2014, será calculada sobre o menor preço ofertado para o produto manufaturado estrangeiro, mediante a seguinte fórmula (Anexo II do Decreto nº 8.194/2014):

$PM = PE \times (1 + M)$ , sendo:

PM = preço com margem

PE = menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro

M = margem de preferência em percentual, conforme estabelecido no Anexo I do Decreto nº 8.194/2014 e no edital.

**a)** O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado menor que PE sempre que o seu valor for igual ou inferior a PM;

**b)** O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado maior que PE sempre que o seu valor for superior a PM.

**6.13.2.** A aplicação da Margem de Preferência não excluirá o direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte (§5º do art. 5º do Decreto nº 8.194/2014);

**6.13.3.** Não será aplicada a Margem de Preferência caso o preço mais baixo ofertado seja de produto manufaturado nacional (§ 1º do art. 5º do Decreto nº 8.194/2014);

**6.13.4.** O produto que não atender ao Processo Produtivo Básico, ou cujo licitante não apresentar tempestivamente o documento comprobatório, será considerado como produto manufaturado estrangeiro. Caso o licitante da proposta classificada em primeiro lugar seja inabilitado, ou deixe de entregar o documento comprobatório, deverá ser realizada a reclassificação das propostas, para fins de aplicação da margem de preferência (§3º do art. 2º e § 2º do art. 5º do Decreto nº 8.194/2014);

**6.13.5.** A aplicação da margem de preferência ficará condicionada ao cumprimento, no momento da licitação, do disposto no § 9º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 (§7º art. 5º do Decreto nº 8.194/2014);

**6.13.6.** A aplicação da margem de preferência não excluirá a negociação entre o pregoeiro e o vencedor da fase de lances prevista no § 8º do art. 24 do Decreto nº 5.450/2005 (§ 4º do art. 5º do Decreto nº 8.194/2014);

**6.14.** Para os **itens 16, 17 e 18**, a margem de preferência disposta no art. 1º do **Decreto nº 8.224/2014** será aplicada para classificação das propostas após a fase de lance (Inciso I do art. 5º do Decreto nº 8.224/2014).

**6.14.1.** A margem de preferência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.224/2014, será calculada sobre o menor preço ofertado para o produto manufaturado estrangeiro, mediante a seguinte fórmula (Anexo II do Decreto nº 8.224/2014):

$PM = PE \times (1 + M)$ , sendo:

PM = preço com margem

PE = menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro

M = margem de preferência em percentual, conforme estabelecido no Anexo I do Decreto nº 8.224/2014e no edital.

**a)** O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado menor que PE sempre que o seu valor for igual ou inferior a PM;

**b)** O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado maior que PE sempre que o seu valor for superior a PM.

**6.14.2.** A aplicação da Margem de Preferência não excluirá o direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte (§5º do art. 5º do Decreto nº 8.224/2014);

**6.14.3.** Não será aplicada a Margem de Preferência caso o preço mais baixo ofertado seja de produto manufaturado nacional (§ 1º do art. 5º do Decreto nº 8.224/2014);

**6.14.4.** O produto que não atender à regra de origem, ou cujo licitante não apresentar tempestivamente o documento comprobatório, será considerado como produto manufaturado estrangeiro. Caso o licitante da proposta classificada em primeiro lugar seja inabilitado, ou deixe de entregar o documento comprobatório, deverá ser realizada a reclassificação das propostas, para fins de aplicação da margem de preferência (§3º do art. 2º e § 2º do art. 5º do Decreto nº 8.224/2014);

**6.14.5.** A aplicação da margem de preferência ficará condicionada ao cumprimento, no momento da licitação, do disposto no § 9º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 (§6º art. 5º do Decreto nº 8.224/2014);

**6.14.6.** A aplicação da margem de preferência não excluirá a negociação entre o pregoeiro e o vencedor da fase de lances prevista no § 8º do art. 24 do Decreto nº 5.450/2005 (§ 4º do art. 5º do Decreto nº 8.224/2014);

**6.15.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (*art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.16.** As ME/EPPs que optaram pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, se vencedoras, deverão enviar a documentação comprobatória de seu enquadramento refletido no Sistema (Certidão Simplificada da Junta Comercial, válida, nos termos da IN nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio);

**6.17.** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

**6.17.1.** Persistindo a desconexão do pregoeiro por tempo superior a dez minutos, a sessão eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**6.18.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (*art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.20.** Para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital, o lance é considerado proposta.

## **7. PROPOSTA ESCRITA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta escrita resultante da negociação, juntamente com o setor técnico, se for o caso, decidindo por sua aceitação ou recusa, relativamente ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante;

**7.2.** O licitante detentor da melhor oferta deverá apresentar em até **48 (quarenta e oito) horas**, a contar do término da etapa de lances:

**a)** proposta de preço escrita, firmada pelo representante legal, em papel timbrado ou personalizado do licitante, adequada ao lance eventualmente ofertado/negociado, conforme **Anexo II**;

**b)** documentação de habilitação indicada no **subitem 7.3**;

**c)** certidão simplificada da Junta Comercial comprobatória do seu enquadramento como ME/EPP, se for o caso.

**d)** As empresas que fizeram a opção pela aplicação da margem de preferência de acordo com o **Decreto nº 8.184/2014**, deverão apresentar para os **itens 01 e 02**, para os produtos manufaturados nacionais, **conforme Processo Produtivo Básico**, cópia da portaria interministerial que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, ou cópia da Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto Lei nº 288, de 1967.

**e)** As empresas que fizeram a opção pela aplicação da margem de preferência de acordo com o **Decreto nº 8.194/2014**, deverão apresentar para os **itens 03 e 04**, para os produtos manufaturados nacionais, **conforme Processo Produtivo Básico**, cópia da portaria interministerial que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, ou cópia da Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto Lei nº 288, de 1967.

**f)** As empresas que fizeram a opção pela aplicação da margem de preferência de acordo com o **Decreto nº 8.224/2014**, deverão apresentar para os **itens 16, 17 e 18**, para os produtos manufaturados nacionais, **conforme Regra de Origem**, formulário de declaração de cumprimento da regra de origem, conforme modelo publicado em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**7.2.1.** Os originais da proposta escrita e da documentação de habilitação deverão ser entregues ou encaminhados à Divisão de Licitações da UFPE, Av. da Arquitetura, s/n, Campus Recife, Cidade Universitária, Recife - PE,

CEP: 50.740-550, Telefone: 81.2126.8034;

**7.2.2.** A proposta, adequada ao último lance, deverá ser acompanhada, sob pena de desclassificação, de catálogo(s) ilustrativo(s) com foto(s) ou desenho(s), manual ou folhetos com informações claras e detalhadas, na língua portuguesa corrente no Brasil, sobre o fabricante, modelo, versão, especificações técnicas e outras informações esclarecedoras que comprovem os requisitos mínimos exigidos neste Edital, sendo aceitos, também, aqueles obtidos pela Internet. No caso de cópias, somente serão aceitas se coloridas, autenticadas e totalmente legíveis;

**7.2.2.1.** Na proposta deverá ser especificado claramente, não somente o fabricante, mas também o modelo do equipamento oferecido de forma a ser possível identificá-lo nos catálogos apresentados.

**7.2.3.** A Universidade Federal de Pernambuco dispõe da prerrogativa de exigir dos licitantes a apresentação de amostra do bem, a fim de verificar a sua compatibilidade com os termos do ato convocatório e com a proposta comercial;

**7.2.3.1.** A amostra, quando solicitada, deverá ser entregue no **prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contados a partir do pedido do pregoeiro, na Divisão de Planejamento de Compras da PROGEST, à Av. da Arquitetura s/n – Cidade Universitária, Recife – PE, CEP: 50.740 – 550;

**7.2.3.2.** A amostra deverá conter o nome do licitante, número do pregão e número do item;

**7.2.3.3.** Caso o material ofertado seja do mesmo modelo que serve como parâmetro de qualidade do item, não será necessário enviar amostra;

**7.2.3.4.** A amostra da proposta vencedora ficará retida até a entrega da primeira aquisição, que ocorrerá com o atesto da nota fiscal de fornecimento. A empresa fornecedora poderá deduzir da quantidade total a ser entregue ou retirar a amostra no **prazo máximo de 30 (trinta) dias** a contar da primeira entrega, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da Universidade Federal de Pernambuco;

**7.2.3.5.** A amostra da proposta desclassificada deverá ser retirada **em até 10 (dez) dias** após a entrega, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da Universidade Federal de Pernambuco;

**7.2.3.6.** Caso o produto, por suas características, exija número maior que uma unidade para a realização de teste, o fornecedor será comunicado;

**7.2.3.7.** Serão de inteira responsabilidade do licitante todas as despesas de entrega/devolução das amostras;

**7.2.3.8.** Expirado o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação apresentada na proposta;

**7.2.3.** O licitante deve indicar na proposta escrita os dados bancários da empresa (nome e número do banco, nome e número da agência, número da conta corrente) para fins de pagamento, assim como os dados do representante legal (nacionalidade, estado civil, profissão e/ou função que ocupa na empresa, endereço residencial, RG e CPF) que firmará a Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, acompanhado de cópia do RG e CPF;

**7.2.4.** Não serão aceitas, sendo desclassificadas as propostas escritas que não atenderem às exigências do presente Edital e em seus anexos; sejam omissas ou contenham vícios ou ilegalidades; apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis; e não vierem a comprovar sua exequibilidade;

**7.3.** A licitante detentora da melhor oferta deverá enviar no prazo indicado no subitem 7.2 deste Edital, a seguinte documentação de habilitação:

**a) HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a.1)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até a data estabelecida para o envio virtual da proposta, e se sociedade por ações acrescentar documentos de eleição de seus administradores, bem como respectivas alterações, caso existam, igualmente lançadas no registro comercial competente;

**a.2)** Registro Geral – RG e Cadastro Pessoa Física dos diretores/gerentes.

**b) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**b.1)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentadas na



forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3(três) meses data do envio virtual da proposta, com índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que 1(um); as empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices LG, SG e/ou LC quando de suas habilitações deverão comprovar sua boa condição financeira através do capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, exigido na forma dos §§ 2o e 3o, do artigo 31, da lei no 8.666/93; inexigível de ME ou EPP quando se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, nos termos do Art. 3º do Decreto nº 6.204, de 5/9/2007;

**b.2) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Liquidação Judicial ou de Execução Patrimonial**, conforme o caso, expedida pelo Distribuidor da sede do licitante ou do seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria Certidão, ou na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias, contados da data do envio virtual da proposta.

**c) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**c.1)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**c.2)** Certidões negativas de débitos referentes aos Tributos, Seguridade Social, e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, probatórias de regularidade perante à Fazenda Nacional;

**c.3)** Certidões Negativas de Débitos para com as Fazendas Estadual e Municipal;

**c.4)** Prova de regularidade perante o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

**c.5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, probatória da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**7.4.** Para o licitante cadastrado e habilitado parcialmente no SICAF, dispensa-se a apresentação da documentação exigida somente nas letras “a”, “b.1”, “c.1”, “c.2”, “c.3” e “c.4” do **subitem 7.3**, ressalvado o disposto no **subitem 7.4.1**, devendo ser apresentada a documentação relativa às letras “b.2”, “c.5”, acima, necessariamente;

**7.4.1.** O licitante credenciado e habilitado parcialmente no SICAF com documentação irregular e/ou vencida perante o Sistema deve apresentar a documentação respectiva;

**7.4.2.** Licitante cadastrado, mas com habilitação parcial inexistente no SICAF, deve apresentar a documentação necessária à habilitação parcial (*letras “b” e “c.3” do subitem 7.3*);

**7.4.3.** Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitação de documentos ou formulários obtidos via internet em substituição aos documentos exigidos no subitem 7.3 “b.2”;

**7.5.** Para fins de habilitação, a verificação pela UFPE nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (*art. 25, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**7.6.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

**7.7.** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (*art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**7.8.** Não serão considerados os documentos por cópia não autenticada e/ou não solicitados;

**7.9.** As cópias dos documentos poderão ser autenticadas por qualquer servidor da Divisão de Licitações da UFPE, mediante a apresentação dos originais;

**7.10.** Serão inabilitadas as empresas que não atenderem às exigências do **subitem 7.3**.

**7.11.** O licitante qualificado **como ME ou EPP** com restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal, tão logo declarado vencedor do certame, disporá de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação;

**7.12.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento do licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital (*art.21, §3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

## **8. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**8.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (*art. 26 do Decreto nº 5.450/2005*);

**8.1.1.** Só serão aceitos recursos e contra-razões encaminhados via <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

**8.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem imediatamente anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (*art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**8.3.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (*art. 26, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**8.4.** Da decisão que reconhecer a qualidade de **ME** ou **EPP** aos optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, caberá recurso;

**8.5.** Os autos do processo, caso não estejam em tramitação, permanecerão com vistas franqueadas às interessadas na *Divisão de Licitações da UFPE, Campus Universitário, Recife, PE, telefone: 0xx81 2126.8065*.

## **9. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA**

**9.1.** A adjudicação será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recursos, caso contrário, pelo Magnífico Reitor, a quem caberá também a homologação do certame;

**9.2.** Na homologação, o Magnífico Reitor consultará previamente os demais licitantes, através do Sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, para que manifestem, no prazo estipulado, sendo no mínimo de 24h, se desejam reduzir seus preços ao valor (negociado) da proposta do licitante mais bem classificado para formação do cadastro de reserva, observada a sequência da classificação, seguindo a ordem da última proposta apresentada durante a etapa competitiva (Caput do art. 10 do Decreto nº 7.892/2013);

**9.2.1.** O Cadastro de Reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas;

**9.2.2.** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços do fornecedor mais bem classificado ou quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente (§ 3º, do art. 11, do Decreto nº 7.892/2013);

**9.3.** Homologado o procedimento licitatório, a licitante FORNECEDORA será notificada, por escrito, para:

**a)** apresentar a documentação de identificação (CPF e RG) do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços, caso não tenha incluído junto à proposta escrita;

**b)** assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no **subitem 10.1**.

## **10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** O adjudicatário será convocado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), oportunidade em que se exigirá a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas durante o período de cumprimento das obrigações pactuadas;

**10.1.1.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela UFPE;

**10.2.** Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação das condições de habilitação ou quando,

injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de registro de Preços poderá ser convocado outro licitante do cadastro de reserva, caso não haja cadastro de reserva será convocado o licitante remanescente para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste edital e/ou no instrumento contratual e das demais cominações legais (*art. 27, §3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**10.3.** A UFPE providenciará previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, sem ônus para o licitante vencedor do certame, quando for o caso, o seu cadastramento perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, após reexame da documentação apresentada nos termos do subitem 7.3 (*letras “a”, “b” e “c”*), devidamente atualizada;

**10.4.** O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, após cumpridos os requisitos de publicidade da mesma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 (*arts. 12 e 14 do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013*);

**10.5.** As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, por órgãos e entidades não participantes do certame, a cem por cento dos quantitativos dos itens previstos neste edital e registrados na ata, não podendo exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (*art. 22, §3º e §4º, do Decreto nº 7.892/2013*);

**10.6.** O órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias da autorização dada pela UFPE, observado o prazo de vigência da ata (*art. 22, § 6º, do Decreto nº 7.892/2013*);

**10.6.1.** Cabe à UFPE autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no **subitem 10.6**, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante (*art. 5º, inciso XI, do Decreto 7.892/2013*).

**10.7.** Não há previsão de utilização da Ata de Registro de Preços por órgão participante, por inexistência de manifestação de interesse na Intenção de Registro de Preços nº 153080-00093/2014, divulgada no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/em/30/06/2014>.

## **11. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

**11.1.** Constam da minuta da Ata de Registro de Preços, **Anexo III** deste edital.

## **12. OBRIGAÇÕES DA UFPE**

**12.1.** Constam da minuta da Ata de Registro de Preços, **Anexo III** deste edital.

## **13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**13.1.** Os equipamentos devem ser entregues diretamente nas unidades administrativas da UFPE (departamentos, salas, salas de aula, auditórios, laboratórios, oficinas etc.), conforme quantitativos e respectivas destinações internas indicadas na nota de empenho e/ou documento anexo, compreendidas nos seguintes endereços:

### **13.2. REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – RMR:**

**13.2.1.** Campus Recife - Av. da Arquitetura s/n, campus universitário, situado no bairro Cidade Universitária. Recife – PE. CEP 50740-550;

**13.2.2.** Centro de Ciências Jurídicas - CCJ - Praça Adolfo Cirne, s/n, Boa Vista. Recife – PE - CEP- 50050-060;

**13.2.3.** Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias - TVU - Av. Norte, nº 68, Santo Amaro. Recife - PE CEP: 50040-200;

**13.2.4.** Memorial da Medicina de Pernambuco - Rua Amaury de Medeiros, nº 206, Derby - Recife, PE - CEP 52010-120.

### **13.3. INTERIOR DO ESTADO:**

**13.3.1.** Campus Vitória (distância aproximada da capital Recife = 60 km) - Rua do Alto do Reservatório, s/n - Bela Vista. Vitória de Santo Antão – PE;

**13.3.2.** Campus Caruaru (distância aproximada da capital Recife = 140 km) - Rodovia BR-104, KM 59, s/n, Nova Caruaru. Caruaru – PE.

#### **13.4. Prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega após o recebimento da Nota de Empenho;**

**13.5.** A fornecedora deverá apresentar a nota fiscal no ato da entrega dos produtos, indicando o número da nota de empenho a ser liquidado, o número do pregão e dos itens, a quantidade de unidades entregues, os valores unitário e total, marca/modelo e os dados bancários da fornecedora;

**13.6.** Os recebimentos, provisório e definitivo, serão realizados na forma do art. 73, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e respectivas alterações, a saber:

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

#### **14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será efetuado após a entrega dos equipamentos nos prazos e locais estabelecidos, por depósito bancário na conta corrente da FORNECEDORA em até **30 (trinta) dias** contados da data de apresentação da Nota Fiscal, regularmente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e após verificação pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, da Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças da regularidade desta perante o SICAF, à Seguridade Social e ao FGTS;

**14.2.** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à FORNECEDORA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### **15. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e/ou na Ata e das demais cominações legais;

**15.2.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências à UFPE (*art. 22, § 7º do Decreto 7.892/2013*);

**15.3.** Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços e o descumprimento de qualquer condição prevista neste Edital, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

**I** – Advertência;

**II** – Multa na forma estabelecida no **subitem 15.4**;

**III** – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **02 (dois) anos**;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

**15.3.1.** As penalidades previstas nos **incisos I, III e IV** poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no **inciso II**, facultada a defesa prévia da FORNECEDORA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação;

**15.4.** Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos, por:

**I** – Atraso na entrega: **0,2% (dois décimos por cento)**, por dia de atraso, sobre o valor global da proposta;

**II** – Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta;

**III** – Recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta.

**15.5.** No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o

§ 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês;

**15.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (*art. 28, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

**15.7.** A adjudicatária ficará sujeita, ainda, às penalidades referidas nos incisos I e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, no que couber;

**15.8.** Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência e/ou multa.

## **16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** À UFPE cabe o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme disposto no *artigo 29 do Decreto nº 5.450/2005*;

**16.1.1.** A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata e não ensejará direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé (*art. 29, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**16.2.** A sessão pública deste Pregão poderá ser suspensa a qualquer momento a critério do Pregoeiro por motivo a ser registrado no Sistema Eletrônico;

**16.2.1.** No caso de suspensão da sessão pública, o Pregoeiro informará o dia e o horário em que reabrirá a sessão visando o prosseguimento das etapas subseqüentes. O não comparecimento do licitante nas sessões virtuais subseqüentes não ensejará reclamações, não obstará o prosseguimento dos trabalhos do Pregoeiro, nem repercutirá sobre as decisões que este proferir;

**16.2.2.** Caso não seja possível reabrir a sessão pública no dia e horário estabelecidos por impossibilidade de acesso à Internet e/ou ao sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, o Pregoeiro lançará aviso no referido sítio informando novos dia e horário para reabertura;

**16.3.** No caso de eventual divergência entre este Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro;

**16.4.** A dotação orçamentária será indicada previamente à emissão da Nota de Empenho (*§ 2º do art. 7º do Decreto 7.892 de 23/01/2013*);

**16.5. Até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, na forma eletrônica. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração do edital decidir sobre a impugnação no **prazo de 24 horas** (*art. 18 do Decreto nº 5.450/2005*);

**16.5.1.** A impugnação com identificação deste pregão e respectivo processo administrativo, poderá ser enviada ao Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, no endereço indicado no **subitem 16.6** deste Edital;

**16.5.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame (*art. 18, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**16.6.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, no seguinte endereço: **pregoeiros@ufpe.br**, com identificação deste Pregão e respectivo processo administrativo (*art. 19 do Decreto nº 5.450/2005*);

**16.7.** Os avisos, as respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio **<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>**, no link **acesso livre > pregões > agendados** ou no menu principal, no link: **visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso**;

**16.8.** Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: **publicações > manuais > pregão > pregão eletrônico – fornecedor**; ou pelo telefone **0800. 9782329** ou e-mail: **comprasnet@planejamento.gov.br**;

**16.9.** As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e

a segurança da contratação (*Artigo 5º, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

**16.10.** Cabe ao Pregoeiro decidir as questões resultantes do procedimento da licitação, competindo-lhe inclusive a interpretação deste Edital;

**16.11.** Disponibilização do Edital: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

**16.12.** Os interessados podem acompanhar a tramitação do processo referente à presente licitação no sítio [www.ufpe.br](http://www.ufpe.br) - opção Links Rápidos – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS;

**16.13.** As publicações referentes aos eventos licitatórios podem ser obtidas no sítio <http://www.in.gov.br/> (Imprensa Nacional, DOU, seção 3);

**16.14.** Integram este instrumento: **Anexo I** – Especificações e Quantitativos; **Anexo II** – Modelo da Proposta; **Anexo III** – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Recife, 24 de abril de 2015.

**MARÍLIA BATISTA DE LIMA PEQUENO**  
Coordenadora de Licitações  
SIAPE 1650594

## ANEXO I

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2015

## ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	CÓDIGO SIASG/ CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.
1	BR0150562	<b>APARELHO FAC-SÍMILE - Impressão comum</b> , 512KB de memória, capacidade da bandeja mínima 100 folhas, capacidade de armazenamento mínima de 20 páginas, tensão de 220 V ou bivolt, resolução: padrão/fino, alimentação automática mínima 10 páginas, rediscagem automática chamadas não atendidas. Função copiadora e Identificador de chamadas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	134
2	BR0150562	<b>APARELHO FAC-SÍMILE - Impressão Térmica</b> , Memória mínima de 40 Números, tensão de 220 V ou bivolt, Alimentação Automática mínima de 10 páginas, Cortador Automático, c/ Identificador de Chamadas. Função Cópia. Visor em Português. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	35
3	BR0061360	<b>APARELHO TELEFÔNICO CONVENCIONAL</b> – função teclas flash, redial, mute, pausa, nível campainha 3 (três) níveis: 0 a 75, sinalização linha pulso e tom, duração flash 100 e 250, alimentação linha telefônica, utilização central interna e PABX, cor preto características adicionais: com fio chave bloqueio opcional/ajuste volume/memória. Com Identificador de Chamada. Cor: Preta. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	603
4	BR0150716	<b>APARELHO TELEFONICO SEM FIO</b> (base), tecnologia digital DECT 6.0 (1.9 GHz), flash ajustável para 100 ms, controle volume recepção, tensão de 220 V ou bivolt, modo discagem tone, pulse e memória, possuir certificado de registro, dentro da validade na ANATEL como tipo de produto, “Sistema de Telefone sem Cordão”. Com Identificador de Chamada. Cor: Preta. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	652
5	BR0132039	<b>APOIO PARA PÉS ERGONÔMICO</b> – Dimensões aproximadas da plataforma: 465 x 305 x 15mm, Cor: plataforma preta em polipropileno, armação metálica, Com Inclinação ajustável, sapata antideslizante, Atenda à norma Regulamentadora 17 - NR 17. Garantia de 12 (doze) meses .	UND	992
6	BR0150617	<b>ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA</b> – Potência mínima 1400 W, tensão de 220 V ou bivolt, capacidade mínima do reservatório de pó: 20 litros, , com sensor que desliga a sucção automaticamente (prevenindo o transbordamento e entrada de água no motor). Acessórios: filtro, mangueira, tubo, extensor, bico para estofado e bico utilitário; que não necessite de saco para armazenagem de pó; com alça e roda para transporte. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	102
7	BR0150235	<b>BATEDEIRA ELÉTRICA</b> – Capacidade mínima de 3,5L, 5 (cinco) velocidades, base com roldanas, tigela com corpo removível (pode ser utilizada como portátil), botão ejetor, recipiente com rotação automática, função turbo, cor branca, tensão de 220 V ou bivolt. Item incluso: 01(um) par de batedor. Cor: Branca. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	8
8	BR0150235	<b>BATEDEIRA ELÉTRICA PLANETÁRIA</b> - Tigela em inox, 8 (oito) velocidades, 300 W de potência, tensão de 220 V ou bivolt, 3 (três) batedores de metal (massas leves, médias e pesadas), trava de segurança. Cor: Branca. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	28
9	BR0068608	<b>BEBEDOURO</b> – Tipo gelágu, para garrafão 20 litros, <b>tipo coluna vertical</b> , com bandeja coletora de resíduos, 02 (duas) torneiras (gelada e natural), tensão de 220 V ou bivolt. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	634
10	BR0068608	<b>BEBEDOURO</b> – Tipo gelágu, <b>tipo MESA</b> , para garrafão 20 litros, com bandeja coletora de resíduos, 02 (duas) torneiras (gelada e natural), tensão de 220 V ou bivolt. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	129
11	BR0027693	<b>CAFETEIRA ELÉTRICA</b> - Capacidade mínima para 30 cafés, Jarra de Vidro, Com bandeja antiaderente, Sistema corta pingos, Indicador transparente do nível de água no reservatório, Com filtro permanente e removível, tensão de 220 V ou bivolt. Garantia Mínima 12 (doze) meses.	UND	183

12	BR0027693	<b>CAFETEIRA TIPO EXPRESSO</b> – Material aço inox. Prepara: café, cappuccino, tipo de café em pó, sistema corta pingos, indicador do nível de água, bandeja removível para resíduos, reservatório removível, tensão de 220 V ou bivolt. Capacidade mínima 1,5L. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	211
13	BR0150383	<b>CARRINHO PARA TRANSPORTE</b> - Dimensões aproximadas em mm: comprimento 1220cm, largura 650cm, altura 990cm, em ferro galvanizado com puxador, de fundo grande com chapa de madeira ao fundo, com 4 rodízios (dois fixos e dois giratórios) de 5 polegadas blindadas com rolamento automotivo, todas as partes metálicas devem receber pintura eletrostática epóxi, acabamento perfeito sem desníveis ou rebarbas, <b>capacidade mínima para 400 kg</b> . Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	40
14	BR0150383	<b>CARRINHO PARA TRANSPORTE</b> – <i>Material aço galvanizado, duas rodas pneumáticas, medindo aproximadamente altura 120cm, largura 50cm, com base de profundidade a de 40 cm com capacidade de carga de mínima 300kg</i> . Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	41
15	BR0150234	<b>CARRINHO PARA TRANSPORTE</b> – Para transporte interno de processos em estrutura metálica, com dimensões aproximadas de 50cm de largura, 72cm de comprimento (sem as alças laterais) e 98cm (com as alças laterais), 102cm de altura (incluindo rodas) (tolerância + ou – 1cm); Com mínimo de 02 prateleiras. Estrutura metálica confeccionada em perfis de aço galvanizado 2x2cm, unidos por solda "Mig" com acabamento uniforme sem rebarbas, 02 alças laterais para empurrar o carrinho soldadas na bandeja superior, 02 rodízios traseiros unidirecionais e dois rodízios emborrachado dianteiros livres, de diâmetro 7cm. <b>Capacidade mínima para 200 Kg</b> . Todas as partes metálicas devem receber pintura eletrostática. Acabamento perfeito sem desníveis ou rebarbas. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	25
16	BR0150691	<b>CLIMATIZADOR</b> - Função climatizar: ventila e umidifica. Sistema com tripla filtragem com filtro HEPA, que retenha até 99% das bactérias, ácaros e fungos do ar. Controle remoto. Função Purificar através de um ionizador. Display digital. Tanque de água removível. Função Ventilar: 3 opções de ventilação. Indicador do nível de água do tanque, potência mínima 70 BTU, vazão de ar mínima 260 m³/h. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	41
17	BR006432	<b>DEPURADOR DE AR</b> – Tamanho 60 cm p/ fogão de 04 (quatro) bocas, função exaustor, sistema biturbo com duas turbinas num único motor, dupla filtragem composta de filtro em manta poliéster antichama, com filtro de carvão ativado, luminária com acionamento independente, dimensões aproximadas: largura 600mm, altura 130mm, profundidade 450mm, cor branca, tensão de 220 V ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	13
18	BR0150799	<b>DESUMIDIFICADOR DE AMBIENTE</b> - capacidade mínima de 150 m³, potência mínima de 260 W, desumidificação mínima de 10 L/dia, tensão 220 V, temperatura de utilização acima de 16°C. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	159
19	BR0150158	<b>ESCADA</b> – Escada residencial com <b>03 (três) degraus</b> , 100% em alumínio, acessórios em polipropileno; travas de segurança em alumínio com articulação lateral; sistema "X" de sustentação traseira; cinta de Nylon; barra inferior traseira de reforço da estrutura; sapatas e degraus antiderrapantes, capacidade mínima 120kg. O produto deve atender a NBR 13430:2000. Garantia mínima de 12 meses.	UND	44
20	BR0150158	<b>ESCADA</b> – Escada residencial com <b>05 (cinco) degraus</b> , 100% em alumínio, acessórios em polipropileno; travas de segurança em alumínio com articulação lateral; sistema "X" de sustentação traseira; cinta de Nylon; barra inferior traseira de reforço da estrutura; sapatas e degraus antiderrapantes, capacidade mínima 120kg. O produto deve atender a NBR 13430:2000. Garantia mínima de 12 meses.	UND	35
21	BR0150158	<b>ESCADA</b> – Escada residencial com <b>08 (oito) degraus</b> , 100% em alumínio, acessórios em polipropileno; travas de segurança em alumínio com articulação lateral; sistema "X" de sustentação traseira; cinta de Nylon; barra inferior traseira de reforço da estrutura; sapatas e degraus antiderrapantes, capacidade mínima 120kg. O produto deve atender a NBR 13430:2000. Garantia mínima de 12 meses.	UND	30
22	BR0150158	<b>ESCADA</b> – Escada residencial com <b>12 (doze) degraus</b> , 100% em alumínio, acessórios em polipropileno; travas de segurança em alumínio com articulação lateral; sistema "X" de sustentação traseira; cinta de Nylon; barra inferior traseira de reforço da estrutura; sapatas e degraus antiderrapantes, capacidade mínima 120kg. O produto deve atender a NBR 13430:2000. Garantia mínima de 12 meses.	UND	30



23	BR0028410	<b>ESPREDADOR DE FRUTAS ELÉTRICO</b> - Copo coletor com, no mínimo, 450ml, 90W de potência mínima, tensão de 220 V ou bivolt, pilão e bocal grande, filtro em aço com sistema de alta rotação, trava de segurança. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	37
24	BR0130168	<b>FERRO DE PASSAR ROUPA</b> - elétrico, a vapor e spray, tensão de 220 V ou bivolt, anti-aderente, auto limpante, lâmpada piloto, Garantia mínima 12 (doze)meses.	UND	8
25	BR0046914	<b>FRAGMENTADORA DE PAPEL - FRAGMENTADORA PARA NO MÍNIMO 12 FLS DE USO CONTÍNUO</b> , com as seguintes características mínimas: fragmentar 12 folhas A4 75g/m <sup>2</sup> por vez em tiras de 6mm ou 1 cartão de crédito; desempenho de fragmentadora: 430 folhas/hora; que contenha nível de segurança: 02(ideal para inutilizar documentos de segurança baixa, rascunhos, e também cartões de crédito); possui sensor contra aquecimento excessivo do motor, parando e esfriando para voltar a funcionar; com botão/chave liga/desliga e reversão; possui uma trava de segurança para evitar acidentes; com cesto próprio; voltagem: 220v.	UND	37
26	BR0032913	<b>GUILHOTINA PARA PAPEL</b> – Guilhotina semi-industrial Capacidade mínima de 100 e máxima 150 folhas, com trava para segurar o papel, com pés de apoio emborrachados, lâmina de corte em aço temperado, régua milimetrada e trava de segurança. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	65
27	BR0130176	<b>LAVADORA DE ROUPAS – Capacidade de roupa seca e/ou molhada 15 kg</b> , abertura da tampa superior, com filtro, mínimo 05 (cinco) níveis de água, nível automático da água, mínimo 08 (oito) programas de lavagem, cesto em polipropileno, com pés niveladores, com sistema de eliminação de fiapos, com tampo de vidro temperado, tampa com visor transparente, trava de segurança, tensão de 220 V ou bivolt.Selo Procel A . Classificação de eficiência energética nível “A” emitido pelo programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETROGarantia mínima 12 (doze) meses, sendo o cesto em polipropileno com 10 anos de garantia.	UND	24
28	BR0150267	<b>LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS</b> –Leitor Código Barras, leitor de Código de barra do tipo pistola laser, com potência para leitura de código com até 38cm, com fonte de luz laser 650nm, decodificando todos os padrões de código de barras incluindo o RSS, vergadura de 100 scans por segundo. Gatilho para sincronia com operador, sinal sonoro e luminoso para monitoração, com base Wireless interface cabo USB.	UND	18
29	BR0028266	<b>LIQUIDIFICADOR</b> – Uso doméstico, mínimo de 2 litros, potência mínima de 350watts, com função autolimpante, mínimo de 2 (duas) velocidades, botão pulsar, tensão de 220 V ou bivolt. Cor: branca. Garantia mínima de 12 meses.	UND	118
30	BR0032921	<b>MÁQUINA ENCADERNADORA COM SISTEMA ESPIRAL</b> – Encaderna no mínimo de 20 folhas/vez, com ajustes de margem e profundidade de acordo com o diâmetro do espiral, perfuração redonda, extensão de perfuração mínima 36 cm, quantidade de punções mínima 60. Garantia mínima 12 (doze)meses.	UND	10
31	BR0054453	<b>MULTIPROCESSADOR ALIMENTOS</b> – Material plástico, função liquidificador/processador, potência mínima 400 watts ,tensão de 220 V ou bivolt, características adicionais 2 (cinco) velocidades, dispositivo de segurança, sistema de autolimpante, com lâminas cimitarras, garantia mínima 12 (doze)meses.	UND	58
32	BR0032905	<b>ROTULADOR ELETRÔNICO</b> – Rotulador eletrônico portátil capaz de imprimir etiquetas auto adesivas de várias cores, compatível com etiquetas de 9 e 12mm, visor com instruções em português, com função data e hora e símbolos embutidos na memória, compatível com fita tipo M, número de linhas 2, resolução de impressão 230 dpi, altura máxima de impressão 7mm, display o caracteres em 1 linha, cortador manual. Garantia mínima 12 meses.	UND	20
33	BR0076902	<b>SANDUICHEIRA/GRILL</b> - Características: Placas de revestimento interno anti-aderente, Funciona como grill e sanduicheira, Lâmpadas sinalizadoras de funcionamento, Dimensão aproximada: 244x106x242 mm(LxAxP), tensão de 220 V ou bivolt, Trava de segurança, base anti-derrapante. Garantia mínima 12 (doze)meses.	UND	102
34	BR0028002	<b>TÁBUA PASSAR ROUPA</b> – Material aglomerado naval, espuma recoberto tecido algodão, tubo aço com pintura epóxi, comprimento 90cm, largura 30cm, regulador de altura 3 posições, passa manga, suporte para ferro de passar, base retrátil, protetor anti-derrapante nos pés. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	77

35	BR0397481	<b>TORRADEIRA DE PÃO</b> - material corpo aço inoxidável, capacidade 2 fatias, tensão de 220 V ou bivolt, potência 800 watts, características adicionais seletor tostagem com 7 graduações. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	25
36	BR0150822	<b>VENTILADOR DE COLUNA</b> - Diâmetro da hélice 50 cm, altura da coluna mínima de 1,20m (REGULÁVEL), 3 ou 4 hélices, cabo elétrico flexível, grade removível, ajuste de inclinação, cabeça oscilante, silencioso, ajuste de velocidade, 3 (três) níveis de velocidade, protetor térmico, tensão de 220 V ou bivolt, potência mínima 140w. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	51
37	BR0150821	<b>VENTILADOR DE MESA</b> – Diâmetro da hélice 40 cm, com fusível de segurança, silencioso, desmontável, cabo elétrico flexível, grade removível, ajuste de inclinação, ajuste de velocidade, 3 (três) níveis de velocidade, protetor térmico, trava de segurança, potência mínima 80W, tensão de 220 V ou bivolt. Classificação de eficiência energética nível “A” emitido pelo programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	77
38	BR0150821	<b>VENTILADOR DE PAREDE</b> – Diâmetro da hélice 60 cm, área de ventilação mínima 20m <sup>2</sup> , com fusível de segurança, silencioso, desmontável, cabo elétrico flexível, grade removível, ajuste de inclinação, ajuste de velocidade, 3 (três) níveis de velocidade, desligamento automático, protetor térmico, trava de segurança, potência mínima 200w, tensão de 220 V ou bivolt. Garantia mínima 12 (doze) meses.	UND	204
39	BR0150821	<b>VENTILADOR DE TETO</b> – 4 pás, material metal, com pintura industrial, mínimo de 2 (duas) velocidades, com chave de reversão, protetor térmico, trava de segurança, tensão de 220 V ou bivolt, potência mínima 130 watts. Classificação de eficiência energética nível “A” emitido pelo programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	UND	51
40	BR0150260	<b>LUMINÁRIA</b> - Luminária de Mesa Pelicano, com revestimento em plástico, botão liga e desliga, tensão de 220 V ou bivolt, articulável em 2 lugares, inclui Lâmpada Fluorescente compacta de 9w. Cor: branca.	UND	140
41	BR0046914	<b>FRAGMENTADORA DE PAPEL</b> - Requisitos mínimos: Fragmentar também CD/DVD/Disquetes/Cartões/clipes e grampos. <b>Capacidade mínima de 25 folhas (75g/m<sup>2</sup>)</b> ; Fragmentação em Tiras ou partículas; Nível de Segurança mínimo: P2 (Norma DIN 66.399); Velocidade de fragmentação: 5,0 m/minuto no mínimo; Pentes separadores (raspadores) metálicos; Motor elétrico de indução magnética; Volume da lixeira no mínimo 30 litros; Sensor de segurança para a lixeira; Sensor automático de presença de papel; Nível de Ruído: no máximo 65 db (consoante Lei Federal nº 6.514/77, NBR 1.0152 e NB 95); Proteção contra sobrecarga e contra aquecimento do motor; Leds indicadores de sobrecarga e cesto cheio; Sistema de reversão; Regime de funcionamento contínuo, sem paradas para resfriamento do motor; tensão de 220 V ou bivolt; Cor preta ou cinza; O equipamento deve estar enquadrado na Norma DIN 66.399 e possuir manual de operações em português. Garantia Mínima de 12 meses	UND	86

**OBS:** Para os itens **27, 37 e 39** a comprovação de atendimento às exigências de eficiência energética, deverá ser feita através da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), coordenado pelo Inmetro.

## ANEXO II

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2015

#### MODELO DA PROPOSTA

**OBJETO:** Registro de Preços unitários, visando à aquisição de itens de Eletrodomésticos e Utensílios, para atender às necessidades das unidades administrativas e acadêmicas da UFPE:

Item	Especificação do Produto	Marca/ Fabricante/ Modelo/ Linha	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ Total

<b>Preço global da proposta (soma dos preços globais dos itens) R\$</b>	
---	--

**VALIDADE DA PROPOSTA:** ....(.) dias corridos a partir da abertura deste Pregão (v. **subitem 1.2** do Edital).

**ANEXOS:** 1) A proposta, adequada ao último lance, deverá ser acompanhada, sob pena de desclassificação, de Catálogo(s) ilustrativo(s) com foto(s) ou desenho(s), manual ou folhetos com informações claras e detalhadas, na língua portuguesa corrente no Brasil, sobre o fabricante, modelo, versão, especificações técnicas e outras informações esclarecedoras que comprovem os requisitos mínimos exigidos neste Edital, sendo aceitos, também, aqueles obtidos pela Internet. No caso de cópias, somente serão aceitas se coloridas, autenticadas e totalmente legíveis; 2) Na proposta deverá ser especificado claramente, não somente o fabricante, mas também o modelo do equipamento oferecido de forma a ser possível identificá-lo nos catálogos apresentados..

**Observação<sub>1</sub>:** As empresas que fizeram a opção pela aplicação da margem de preferência de acordo com o Decreto nº 8.184/2014, deverão apresentar para os itens 01 e 02:

Para os produtos manufaturados nacionais, conforme Processo Produtivo Básico, cópia da portaria interministerial que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei n.º 8.248, de 1991, ou cópia da Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto Lei n.º 288, de 1967.

**Observação<sub>2</sub>:** As empresas que fizeram a opção pela aplicação da margem de preferência de acordo com o Decreto nº 8.194/2014, deverão apresentar para os itens 03 e 04:

Para os produtos manufaturados nacionais, conforme Processo Produtivo Básico, cópia da portaria interministerial que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei n.º 8.248, de 1991, ou cópia da Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto Lei n.º 288, de 1967.

**Observação<sub>3</sub>:** As empresas que fizeram a opção pela aplicação da margem de preferência de acordo com o Decreto nº 8.224/2014, deverão apresentar para os itens 16, 17 e 18:

Para os produtos manufaturados nacionais, conforme Regra de Origem, formulário de declaração de cumprimento da regra de origem, conforme modelo publicado em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**DECLARAMOS**, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: **1)** o valor do produto; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** fretes; **4)** seguros; **5)** os encargos sociais e trabalhistas incidentes; **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado; **7)** Garantia de fábrica mínima de 12 (doze) meses.

**REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

**NOME:**

**NACIONALIDADE:**

**ESTADO CIVIL:**

**FUNÇÃO:**

**ENDEREÇO RESIDENCIAL:**

**CPF (com cópia):**

**R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):**

**DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº:

*NOME DO BANCO:*

*AGÊNCIA Nº:*

*NOME DA AGÊNCIA:*

*CONTA CORRENTE Nº:*

*PRAÇA DE PAGAMENTO:*

(Local), ..... de ..... de 2015.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)

### ANEXO III

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2015

#### Minuta da Ata de Registro de Preços n.º...../2015

#### (UMA ATA PARA CADA FORNECEDOR)

A Universidade Federal de Pernambuco, CNPJ nº 24.134.488/0001-08, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado, CPF nº 127.044.234-15, RG 1.065.220 SSP/PE, residente nesta cidade, doravante denominada UFPE, e de outro lado a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede à ....., representada por ....., CPF nº ....., CI nº....., residente à ....., Conta nº ....., Banco ....., Ag. ....., FORNECEDORA do(s) item(ns) abaixo indicado(s) na **Pregão Eletrônico nº 69/2015 – Processo nº 23076.025648/2014-14**, neste ato representada pelo(a) sr.(a) ....., CPF nº ....., CI nº....., residente à ....., doravante denominada FORNECEDORA, têm entre si, justo e avançado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, com a redação dada pelo Decreto nº 8.250/2014, que regulamenta o art. 15 da Lei nº 8.666/93, 21 de junho de 1993, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e as seguintes: **OBJETO** – Registro de Preços unitários, visando à aquisição de itens de Eletrodomésticos e Utensílios, para atender às necessidades das unidades administrativas e acadêmicas da UFPE, quais sejam:

ITEM	Especificação	Forma de Apresentação	Demanda global estimada	Preço Unitário	Preço Global

<b>Preço global da proposta (soma do preço global dos itens) R\$</b>	
--	--

**UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** - As adesões à ata de registro de preços são limitadas, por órgãos e entidades não participantes do certame, a cem por cento dos quantitativos dos itens previstos no anexo I do edital e registrados nesta ata, não podendo exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, §3º e §4º, do Decreto nº 7.892/2013). O órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias da autorização dada pela UFPE, observado o prazo de vigência da ata (art. 22, § 6º, do Decreto nº 7.892/2013). Quando solicitada pelo órgão não participante, cabe à UFPE autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação desse prazo, respeitando o prazo de vigência da ata (*art. 5º, inciso XI, do Decreto 7.892/2013*). Não há previsão de utilização da Ata de Registro de Preços por órgão participante, por inexistência de manifestação de interesse na Intenção de Registro de Preços nº 153080-00093/2014, divulgada no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/em> 30/06/2014. **ATA DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO** – Consta do Anexo I desta Ata; **PRAZO DE VALIDADE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** – prazo de 12 (doze) meses, após cumpridos os requisitos de publicidade desta Ata, ocorrido em...../...../..... **CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** – A UFPE não se obriga a firmar contratações que poderão advir desta Ata, ressalvada à FORNECEDORA a preferência em igualdade de condições, na hipótese de a UFPE utilizar-se de outros meios para contratação. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa, a qual deverá ser retirada pela FORNECEDORA no **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** a contar da comunicação feita pela UFPE. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** – **1)** O pagamento será efetuado após a entrega dos equipamentos nos prazos e locais estabelecidos, por depósito bancário na conta corrente da FORNECEDORA em até **30 (trinta) dias** contados da data de apresentação da Nota Fiscal, regularmente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e após verificação pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, da Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças da regularidade desta perante o SICAF, à Seguridade Social e ao FGTS; **2)** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à

FORNECEDORA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. **ALTERAÇÃO DA ATA** – Esta ata poderá sofrer alterações, desde que não resultem acréscimos nos quantitativos dos seus itens, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 a Lei nº 8666/93, nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. **REVISÃO DE PREÇOS** – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à UFPE promover as negociações junto aos FORNECEDORES. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a UFPE convocará os FORNECEDORES para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; frustrada essa negociação, os FORNECEDORES serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir o compromisso, a UFPE poderá: **a)** liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e **b)** convocar os demais FORNECEDORES para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nessas negociações, a UFPE poderá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA** – Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços a ser firmada, e sem alteração dos preços estipulados, obrigar-se-á(ão), ainda, a(s) fornecedora(s): **1)** Dar ciência imediata à UFPE das anormalidades ocorridas até a entrega definitiva dos equipamentos e durante o período de garantia; **2)** Promover a entrega dos equipamentos prontos para uso, assim como assumir todas as despesas de transporte, frete e seguros correspondentes; **3)** Responsabilizar-se pela qualidade dos equipamentos ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para a UFPE e enquanto não houver sido definitivamente aceito, caso não se encontre dentro das especificações estabelecidas no Edital, divirja do que foi proposto ou apresente defeitos e/ou vícios redibitórios; **4)** Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento, bem como as necessárias para a completa execução do mesmo; **5)** Responder pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento; **6)** Manter, até o cumprimento das obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; **7)** Disponibilizar os arquivos referentes às notas fiscais de acordo com o AJUSTE SINIEF 11, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008 - Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria da Receita Federal do Brasil; **8)** Não realizar entregas em locais diferente dos indicados no item 13 do Edital ou em local não autorizado oficialmente pela DIVISÃO DE EXECUÇÃO E CONTROLE DE COMPRAS; **9)** Fornecer apenas quando os empenhos forem emitidos pela Unidade Gestora 153409 - PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA; **a)** Caso receba Nota de Empenho emitida por Unidade Gestora diferente da informada neste ITEM 9) a fornecedora deverá comunicar à Divisão de Execução e Controle de Compras através do e-mail dcom.dlog@ufpe.br; **b)** A Diretoria de Logística poderá autorizar o atendimento de Empenho de outras unidades, no interesse da Administração; **10)** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes; **11)** Fornecer os produtos com garantia de, no mínimo, 12 meses a contar da data entrega. **OBRIGAÇÕES DA UFPE** – A UFPE obriga-se a: **1)** Notificar a fornecedora, **por escrito ou meio eletrônico**, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; **2)** Efetuar os pagamentos devidos à fornecedora nos prazos e condições estabelecidos no Edital, abatidas às multas, se houver; **3)** Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações; **4)** Manter arquivada, junto ao processo administrativo, toda a documentação a ele referente. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO** – **1)** Os equipamentos devem ser entregues diretamente nas unidades administrativas da UFPE (departamentos, salas, salas de aula, auditórios, laboratórios, oficinas etc.), conforme quantitativos e respectivas destinações internas indicadas em documento enviado junto à nota de empenho, compreendidas nos seguintes endereços: REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE – RMR: Campus Recife - Av. da Arquitetura s/n, campus universitário, situado no bairro Cidade Universitária. Recife – PE. CEP 50740-550; Centro de Ciências Jurídicas - CCJ - Praça Adolfo Cirne, s/n, Boa Vista. Recife – PE - CEP- 50050-060; Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias - TVU - Av. Norte, nº 68, Santo Amaro. Recife - PE CEP: 50040-200; Memorial da Medicina de Pernambuco - Rua Amaury de Medeiros, nº 206, Derby - Recife, PE - CEP 52010-120. INTERIOR DO

ESTADO: Campus Vitória (distância aproximada da capital Recife = 60 km) - Rua do Alto do Reservatório, s/n - Bela Vista. Vitória de Santo Antão – PE; Campus Caruaru (distância aproximada da capital Recife = 140 km) - Rodovia BR-104, KM 59, s/n, Nova Caruaru. Caruaru – PE; **2) Prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega após o recebimento da Nota de Empenho;** **3)** A fornecedora deverá apresentar a nota fiscal no ato da entrega dos produtos, indicando o número da nota de empenho a ser liquidado, o número do pregão e dos itens, a quantidade de unidades entregues, os valores unitário e total, marca/modelo e os dados bancários da fornecedora; **4)** Os recebimentos, provisório e definitivo, serão realizados na forma do art. 73, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e respectivas alterações, a saber: **II** - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos: a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DA ATA – 1)** A gestão da Ata de Registro de Preços será exercida exclusivamente pela Diretoria de Logística da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa da UFPE. **CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS –** A FORNECEDORA terá seu registro cancelado pela UFPE, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos: **a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; **b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados da comunicação efetivada pela UFPE, sem justificativa aceitável; **c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado; **d)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02; e **e)** ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta ata, devidamente comprovado e justificado: **I** – por razão de interesse público ou **II** - a pedido do fornecedor (*art.21 do Decreto nº 7.892/2013*); **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS –** A dotação orçamentária será indicada nos autos do procedimento licitatório previamente à emissão da Nota de Empenho de Despesa ou formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§2º do art. 7º do Decreto nº 7.982, de 23/01/2013). As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do Exercício correspondente. **PENALIDADES ADMINISTRATIVAS –** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e/ou na ata e das demais cominações legais; Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências à UFPE (art. 22, § 7º do Decreto 7.892/2013); Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial da Ata e o descumprimento de qualquer condição prevista no Edital, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades: **I** – Advertência; **II** – Multa na forma estabelecida abaixo; **III** – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **02 (dois) anos**; **IV** – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade. As penalidades previstas nos **incisos I, III e IV** poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no **inciso II**, facultada a defesa prévia da FORNECEDORA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação. Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos, por: **I** – Atraso na entrega: **0,2% (dois décimos por cento)**, por dia de atraso, sobre o valor global da proposta; **II** – Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta; **III** – Recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (*art. 28, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*). A adjudicatária ficará sujeita, ainda, às penalidades referidas nos incisos I e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, no que couber. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência e/ou multa. **FORO** - O foro da Justiça Federal de Pernambuco é o competente para dirimir eventuais questões resultantes desta Ata ou de

sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja. **DISPOSIÇÕES FINAIS** – À UFPE cabe o direito de revogar esta Ata por interesse público, observando-se o disposto no *art. 49 da Lei nº 8.666/93* e nesta Ata. Se qualquer das partes relevar alguma eventual falta relacionada com a execução desta Ata, tal fato não significa liberação ou desoneração a quaisquer delas, para o cometimento de outras. Integra esta Ata, o **Edital de Pregão Eletrônico nº 69/2015** e a proposta da FORNECEDORA para todos os fins de direito, independente de sua transcrição e de seus anexos. Compete à UFPE dirimir divergência, de qualquer natureza, entre os documentos integrantes desta Ata. E por estarem de perfeito acordo, firmam a presente Ata em 2 (duas) vias, a qual lida e achada conforme, é assinada pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Recife,..... de .....de 2015.

UFPE

FORNECEDORA

Testemunhas:

Nome..... CPF.....

Nome..... CPF .....



**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO n.º...../2015**

**(ata de realização da sessão pública do pregão, conforme § 4º, inciso IV, do Art. 11 do Decreto 7.892/2013 alterado pelo Decreto nº 8.250/2014)**